



**EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM UMA TURMA DO 5º ANO  
DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ITAPETINGA-BA: O QUE NOS DIZEM AS  
CRIANÇAS?**

Poliana Almeida Santos<sup>1</sup>  
Tábitta Caldas Lima Mangabeira<sup>2</sup>  
José Valdir Jesus de Santana<sup>3</sup>

**INTRODUÇÃO**

A pesquisa aqui apresentada, intitulada “Educação e relações Étnico-raciais em uma turma do 5º ano de uma escola municipal de Itapetinga-BA: O que nos dizem as crianças<sup>4</sup>?”, faz parte de uma pesquisa maior, sob coordenação do professor Dr. José Valdir Jesus de Santana, intitulada “Do ponto de vista das crianças: **educação e relações étnico-raciais** em escolas públicas do município de Itapetinga-BA”. Nesta pesquisa, tivemos como objetivos: analisar como as crianças agem, acionam e vivenciam as noções de racismo e discriminação racial em suas relações com outras crianças e adultos, além de identificar e analisar como se expressam o racismo e as práticas racistas no dia a dia das rotinas escolares.

Com a aprovação da Lei 10.639/2003, que introduziu a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, ao longo de toda a Educação Básica, nos estabelecimentos de ensino público e privado de todo o Brasil (em 2008, a referida Lei foi alterada, tornando-se 11.645, posto que acrescentou, além do que já tinha determinado a Lei 10.639, o obrigatoriedade do ensino das Histórias e Culturas Indígenas) seguido das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para

1 Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Campus Juvino Oliveira, Itapetinga, Bahia, Brasil. Endereço eletrônico: poli.a.santos@hotmail.com

2 Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Bolsista fapesb/uesb da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil. Endereço eletrônico: tabittalima@hotmail.com

3 Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos. Professor Adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Vitória da Conquista/BA/Brasil) e do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade da mesma Universidade. Coordena o projeto de pesquisa intitulado “Os processos de Gestão da Educação Escolar entre os povos indígenas Pataxó, Pataxó Hã Hã Hãe e Tupinambá: experiências em construção”. Endereço eletrônico: santanavaldao@yahoo.com.br

4 Pesquisa realizada na condição de bolsistas de Iniciação Científica, respectivamente pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.



o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004), tem crescido a debate em torno de uma educação para as relações étnico-raciais ou uma educação antirracista, como têm nos apresentado Munanga (2008) e Cavalleiro (2014) dentre outros. Do mesmo modo, pesquisadores têm se debruçado em compreender as relações étnico-raciais no contexto da educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental, a exemplo de Cavalleiro (2014), Abramowicz, Oliveira e Rodrigues (2010), Abramowicz e Oliveira (2012), Passos (2012), Fazzi (2006), dentre outros.

Segundo Fazzi (2006), é fundamental entender como se estrutura e se consolida o preconceito racial. Compreender como as crianças agem e vivenciam suas relações com outras crianças e como aprendem o que significa ser de uma categoria racial ou de outra, internalizando o significado de raça. O uso de noções preconceituosas, ao mesmo tempo, cria e recria o preconceito. A escola, portanto, faz parte de um desses espaços de socialização onde várias situações ocorrem gerando desconforto, rotulações, que estereotipa os indivíduos.

## METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, de caráter qualitativo (LÜDKE e ANDRÉ, 2013), utilizamo-nos de *observações e intervenções* realizadas junto às crianças, partindo do pressuposto de que as crianças são atores sociais aptos para a contribuição e produção das mudanças sociais. As “intervenções” junto às crianças foram realizadas como forma de ter acesso às perspectivas que estas elaboravam em torno de temáticas e questões voltadas às relações raciais, como tem sido utilizado por diferentes pesquisadores que discutem relações raciais com crianças, a exemplo de Cavalleiro (2014), Fazzi (2006), dentre outros. Apresentaremos, neste trabalho, uma das intervenções realizadas, no Cine Debate, intitulada “*O Xadrez das Cores*”<sup>5</sup>, para provocarmos a socialização e reflexões nas

5 O Xadrez das Cores é um curta de 2004 dirigido por Marco Schiavon. Cida, uma mulher negra de quarenta anos, vai trabalhar para Maria, uma idosa de oitenta anos, viúva e sem filhos, que é extremamente racista. A relação entre as duas mulheres começa tumultuada, com Maria tripudiando em cima de Cida por ela ser negra. Cida atura a tudo em silêncio, por precisar do dinheiro, até que decide se vingar através de um jogo de xadrez. O diretor se valeu da imagem para comunicar ao espectador sua mensagem. Estão recheadas de conteúdo, mesmo as cenas sem diálogos. O filme traduz a questão do racismo de forma icônica. Por meio de representações, transmite seu conteúdo adequadamente. O xadrez é escolhido como símbolo do racismo. A “eterna batalha” entre negros e brancos colocada sob a forma de peças e tabuleiro. Fonte: Cinema Detalhado; Disponível em: <<http://www.cinemadetalhado.com.br/2013/07/curta-no-domingo-o-xadrez-das-cores-de-marco-schiavon.html>> Acesso em: 12 de julho de 2016



crianças, no sentido de que através de suas falas elas pudessem expressar suas concepções sobre atitudes de preconceito e discriminação racial. Como nos advertiu Cohn (2005, p. 47) “o essencial, em todos esses casos, é aproveitar desses meios e dessas técnicas o que elas podem oferecer do ponto de vista das crianças sobre o mundo e sua inserção nele”. A turma em que a pesquisa foi realizada era composta por 29 crianças, com uma faixa etária de 10, 11 e 12 anos. Duas dessas 29 crianças não participaram da pesquisa, uma por não estar frequentando as aulas e a outra, por ser deficiente auditiva, sua mãe não nos deu a permissão para que esta participasse da pesquisa. Todas as crianças que participaram desta pesquisa tiveram a anuência dos pais ou responsáveis. Ademais, obtivemos a permissão das crianças para que pudéssemos realizar a pesquisa junto a elas. As observações foram realizadas entre 18 de abril e 04 de maio de 2016. Entre 04 e 12 de julho de 2016 foram realizadas as intervenções junto às crianças.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante as observações realizadas junto às crianças pode-se notar como as práticas racistas se apresentam de forma naturalizada e são reproduzidas cotidianamente por parte das crianças e muitas vezes reforçadas pela professora, por não saber lidar com essas questões. O cabelo era o principal termo utilizado para ofensas, que surgiam com comentários do tipo “cabelo de doida”, “cabelo de bruxa”, “cabelo duro” e “cabelo vei, fei”, comentários sempre direcionado para as crianças de cabelo crespo/cacheado. Observamos, também, que a professora tende a “distribuir afetos” e relações de cuidado para com as crianças brancas em detrimento das crianças negras, com já demonstrou Oliveira (2005). Como já referido, apresentaremos a análise de umas das intervenções realizadas junto às crianças em que foi exibido o curta metragem o “*Xadrez das Cores*”, que aborda a temática sobre a discriminação racial entre uma patroa branca e sua empregada negra. Após a exibição, as crianças foram convidadas ao debate para opinar sobre o curta metragem.

Algumas crianças argumentaram que o curta metragem era “muito interessante, bom e legal”. No momento de referenciar a atitude racista da patroa, reconheciam o racismo como *bullying*, poucos conseguiram identificar como racismo e preconceito. A ausência de uma discussão sobre preconceito e discriminação racial impõe limites à compreensão



desse fenômeno e não tem sido incomum professores e professoras tratarem tais ações como se fossem práticas de *bullying*, reflexo, também, das discussões que têm se tornado mais frequentes acerca dessa questão. O perigo é transformarmos práticas racistas e preconceituosas em *bullying*, produzindo discursos generalizados e que, portanto, podem nos afastar de uma compreensão mais séria acerca do fenômeno do racismo e da discriminação racial em nossa sociedade e do como estes continuam estruturando muitas das relações sociais e raciais em nosso país.

Muitas vezes a escola não trabalha com as questões raciais por não compreender que o racismo opera de forma implícita, acaba negando a existência do racismo que se mostra de várias maneiras, “em forma de comportamentos e ações de aversão, desrespeito e discriminação de pessoas que possuem traços fenotípicos que remetem a um pertencimento racial desvalorizado, como cor da pele, tipo de cabelo, entre outros” (BASTOS, 2015, p.623), aspecto também já ressaltado por Cavalleiro (2014), Fazzi (2006), Passos (2012) e Abramowicz, Oliveira e Rodrigues (2010).

Outra dificuldade perceptível era o receio das crianças falarem a palavra negra para mencionar a empregada, e sempre usavam as palavras morena, neguinha, aquela moça e ela. Isso demonstra que a palavra negra é compreendida como algo ofensivo, reflexo de uma cultura racista na qual “a cor negra vem sempre repleta de significados simbólicos, a sentença ganha outra compreensão” (SCHWARCZ, 2012, p.100).

Questionados sobre o que ofende mais entre ser chamado de negra ou negrinha, responderam que são as palavras: negra, neguinha, negona, preta e nega do cabelo duro. Uma criança respondeu dizendo que depende do tom que fala. Apenas uma criança defendeu a palavra negra, dizendo que não era xingamento pois era “a nossa cor”. A maioria das crianças comentou que as cenas que mais as tinham chocado foram aquelas que apresentaram principalmente a questão da humilhação que a empregada passa por ser negra. Questionados se há alguma diferença entre negros e brancos e se deveria existir forma de tratamento diferenciado para uns e outros, algumas crianças defenderam que o respeito deve ser igual. Uma criança apontou que os brancos querem ser mais espertos que os negros; apenas uma criança disse ser os brancos são mais espertos que os negros. O certo é que o branco, como já nos advertiu Bento (2009), carrega o privilégio simbólico da branquidão. Contudo, as crianças não nascem preconceituosas, racistas e nem discriminando. Segundo Simão e Santin,

O racismo não foi criado nas profundezas da consciência individual de um sujeito. Ele existe muito antes do nascimento desse indivíduo. Ele a experimenta como alguma coisa que existe fora dele, e a mesma



coisa acontece com a pessoa à qual se dirige tais atos racistas. Ambos experimentam o racismo como uma realidade exterior no momento em que começaram a aprendê-lo. (SIMÃO, SANTIN 2015, p.548).

A falsa superioridade branca e a inferiorização do negro são ensinadas às crianças em histórias infantis, dizeres populares, músicas, em vivências no espaço escolar e no meio familiar, de forma direta e indireta. Essas informações vão sendo passadas, e o pensamento ideológico vai se transformando em um “sentimento de superioridade, visto que, diariamente, recebe provas fartas dessa premissa (CAVALLEIRO, 1999, p.99). Nesse sentido, construir uma educação antirracista e que se firme como prática da diferença é tarefa urgente e necessária, posto que implica é construir um futuro mais igualitário para todos os brasileiros e brasileiras.

## CONCLUSÕES

Em nossa pesquisa, observamos como as práticas racistas acontecem de forma clara e naturalizada dentro da sala de aula; as características fenotípicas do negro como cor da pele e cabelo, são alvos de críticas entre os colegas e usados para diferenciar e ofender as crianças; constatarmos a dificuldade que as crianças têm em nomear o racismo, apesar dos conflitos raciais já estarem organizados em seus pensamentos e em muitas de suas práticas.

**Palavras-chave:** Crianças. Educação infantil e ensino fundamental. Relações étnico-raciais.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana de; RODRIGUES, Tatiana. C. A criança negra, uma criança negra. In: ABRAMOWICZ, A; GOMES, N. L. (Orgs.). **Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.



BENTO, Maria Aparecida Silva. Branquitude e branqueamento. In: BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray (Orgs.) *Psicologia Social do Racismo - Estudos Sobre Branquitude e Branqueamento no Brasil*. São Paulo: Vozes, 2009.

CAVALLEIRO, Eliane dos S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito discriminação na educação infantil**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

CAVALLEIRO, E. dos S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito discriminação na educação infantil**. São Paulo: Salesianas, 1999.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BASTOS, Priscila. "Eu nasci branquinha": construção da identidade negra no espaço escolar. **Revista Eletrônica de Educação**, 2015, v. 9, n. 2, p. 615-636.

FAZZI, Rita de Cássia. **O drama racial de crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceitos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E, D, A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. 2 ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3 ed. Belo Horizonte: Autentica, 2008.

PASSOS, Joana Célia dos. A educação para as relações étnico-raciais como política pública na educação infantil. In: VAZ, Fernandes, Alexandre. MOMM, Machado, Caroline. (Orgs.) **Educação infantil e sociedade: questões contemporâneas**. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2012.

OLIVEIRA, Fabiana. Relações raciais na creche. In: OLIVEIRA, I.; SILVA, P. B.; PINTO, R. P. **Negro e educação: escola, identidades, cultura e políticas públicas**. São Paulo: Ação Educativa, ANPED, 2005. p. 29-39.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: Cor e raça na sociedade brasileira**. São Paulo, Claro Enigma, 2012.

SIMÃO, Márcia; SANTIN, Adônis. Institucionalização do racismo: algumas reflexões a partir de contextos de creche. **Revista Eletrônica de Educação**, 2015 v. 9, n. 2, p. 537-565.